



ID: 60262675

22-07-2015

POLÍTICA FISCAL

# Passos não vai além do PE, Costa não promete mais por cautela

**O primeiro-ministro reconhece que a carga fiscal é elevada, mas a redução, diz, só virá à medida que for possível e nos próximos quatro anos. Costa é mais incisivo, mas também não se alonga em promessas. Ambos defendem alívio fiscal para as empresas.**

ELISABETE MIRANDA

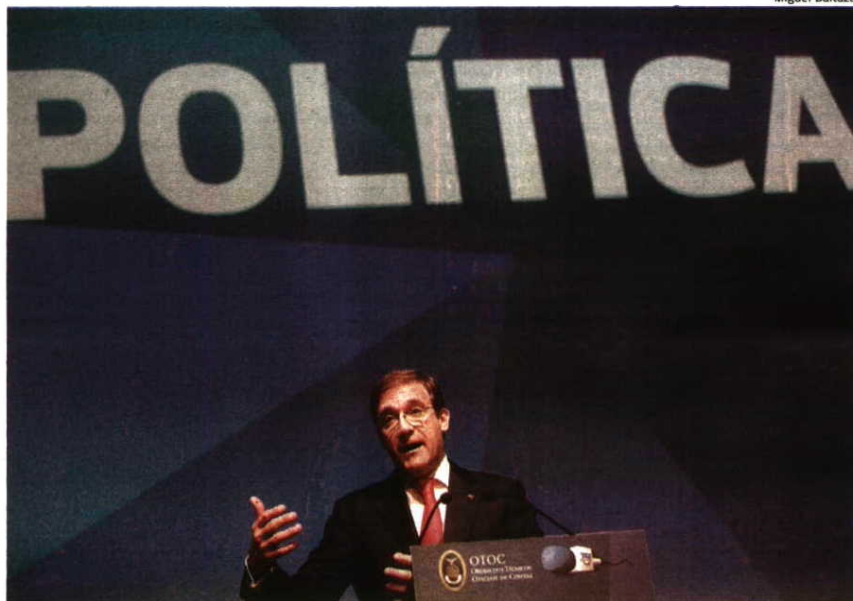
elisabetemiranda@negocios.pt

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

A conferência era sobre política fiscal e o ambiente já é pré-eleitoral, mas Passos Coelho não se desviou do guião apresentado em Maio no Programa de Estabilidade (PE): sobretaxa a desaparecer em quatro anos, contribuição sobre o sector energético em dois e IRC a manter-se no topo das prioridades. António Costa é mais rápido nos alívios fiscais, mais extensivo na quantidade de propostas e, se não promete mais do que o guião que constitui o seu programa eleitoral, é só porque quer replicar a fórmula que já lhe garantiu três eleições sucessivas na câmara de Lisboa: "É sempre melhor prometer menos e cumprir mais, do que prometer demais e cumprir de menos".

António Costa e Pedro Passos Coelho passaram esta terça-feira pela Fundação Champalimaud para falar sobre política fiscal, a convite da TSF e da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC). Um abriu os trabalhos de manhã, o outro fechou-os já ao fim da tarde. Ambos passaram em



Miguel Baltazar

O primeiro-ministro não se alongou ainda sobre o programa eleitoral da coligação em matéria fiscal.

revista as políticas dos últimos anos, e ambos sistematizaram as medidas de política fiscal que têm em cima da mesa, para o futuro. E as semelhanças não foram muito além.

No diagnóstico, é sabido, as análises destoam. Passos Coelho reconhece que a carga fiscal está muito

elevada mas justifica-a com a "necessidade de cobrir um défice muito elevado", mas "com uma raiz antiga", acumulado ao longo de anos.

Já António Costa considera que pelo menos parte dela foi desnecessária e resulta de uma estratégia assente na ideia da "austeridade expan-

sionista" e que se revelou um completo fracasso: "A austeridade expansionista com base na qual se acreditou que uma enorme contracção dos rendimentos conduziria a regeneração do tecido económico, não se veio averificar, e a contracção do investimento é bem elucidativo da insuficiência

desta estratégia", diz o líder do PS.

## Virar ou não a página da austeridade?

O líder do PS quer "virar a página da austeridade", o primeiro-ministro não quer destruir o trabalho feito. Para Passos Coelho, é preciso preservar estes efeitos, até porque, sublinha, "para nós é essencial sair este ano do procedimento por défice excessivo. Há um prejuízo grave para o país, em termos reputacionais, mas também em margem de manobra nas se não o conseguirmos, teremos de vir a aumentar impostos no futuro, algo que não queremos".

Já para Costa, o alívio fiscal às famílias não é só desejável, como indispensável para a estratégia de crescimento. Soma-lhe a criação de condições de financiamento às empresas, a criação de emprego e combate à precariedade. "E a política fiscal tem papel fundamental a desempenhar nestas três dimensões", afirma.

Nos próximos quatro anos, Costa prescreve uma aceleração da devolução da sobretaxa de IRS e a revisão dos escalões, a adopção de um complemento salarial para quem trabalha e não chega a ter rendimentos suficientes para ultrapassar a linha de pobreza, e a redução temporária da TSU dos trabalhadores e medidas de estímulo ao financiamento das empresas. E diz que não promete mais porque a experiência lhe diz que é melhor assim. Passos também não promete muito. Acima de tudo, há compromissos de redução de défice e de dívida a cumprir.

Por muito afastadas que sejam as estratégias de um e de outro, o fio condutor que guia as suas preocupações é comum: aliviar a carga tributária sobre as empresas, ajudá-las a capitalizarem-se a encontrarem financiamento para os seus investimentos, enquanto a mudança estrutural do tecido económico se vai, lentamente, processando. ■

“

**Devemos programar de forma prudente e confiável tudo o que são medidas extraordinárias que penalizaram famílias e empresas.**

**PEDRO PASSOS COELHO**  
Presidente do PSD

## Patrões querem estabilidade e descida do IRC

Entre patrões, o discurso não desafia. António Saraiva (Indústria), João Machado (Agricultura) e João Vieira Lopes (Comércio e Indústria) concordam que, em Portugal, a política fiscal nunca foi olhada numa óptica de competitividade empresarial. Também convergem que a reforma do IRC teve essa preocupação e por isso consideram essencial que se mantenha a descida da taxa, isto apesar de considerarem que a margem orçamental para grandes reduções de impostos e alívios fiscais continua a ser muito estreita. Para dar confiança e estabilidade ao sistema. Dos presidentes das confederações patronais ouviram-se ainda críticas à excessiva burocracia fiscal com que são confrontados.

“

**É sempre melhor prometer menos e cumprir mais, do que prometer demais e cumprir de menos.**

**ANTÓNIO COSTA**  
Secretário-geral do PS



## O mito da asfixia das empresas

A ideia de que em Portugal as empresas pagam demasiados impostos é “um mito” alimentado pelo actual Governo para abrir caminho à reforma do IRC e a políticas de favorecimento aos grandes grupos económicos, à custa do dinheiro de todos os contribuintes. A tese foi defendida pelo secretário-geral do PCP, para quem o Governo e a própria Autoridade Tributária (AT) levam a cabo uma política de discriminação fiscal que penaliza os mais fracos. Exemplos citou vários, desde a isenção de tributação do património mobiliário e aos fundos de investimento, ao “planeamento fiscal agressivo legalizado”, passando pelas amnistias fiscais. Do lado do Fisco, destacou as cobranças e as penas punitivas que a AT aplica, aos pequenos. Para quem tem poder, há um tratamento de deferência através da Unidade dos Grandes Contribuintes, diz o comunista. Em suma, o problema da carga fiscal é a sua distribuição assimétrica entre os contribuintes.



**Unidade dos Grandes Contribuintes é um verdadeiro consultor do Estado ao serviço dos grandes advogados, das grandes empresas.**

JERÓNIMO DE SOUSA  
Secretário-geral do PCP

## IRS tem de descer e IRC deve subir

O país “precisa de criação de emprego e as duas baixas de IRC a que assistimos nos últimos anos nunca criaram mais empregos e apenas favoreceram movimentos financeiros que não têm nada de investimento produtivo e não geraram riqueza”, pelo que o IRC deverá voltar às taxas anteriores, defendeu a porta-voz do Bloco de Esquerda, Catarina Martins. Em contrapartida, sublinhou, a aposta deve ser nas “políticas fiscais de devolução salarial às pessoas”. O BE apresentou já o seu programa eleitoral para as próximas legislativas e coloca a tónica na “necessidade de redistribuição de riqueza”. Isso deverá ser feito pela via fiscal, com o fim da sobretaxa de IRS e a reposição dos anteriores escalões do imposto. “Para isso e para que as contas se equilibrem, é preciso que a taxa de IRC também volte ao que era”, rematou Catarina Martins, que defende também reduções do IVA e do IMI.



**O país precisa de criação de emprego e as duas baixas de IRC a que assistimos nos últimos anos nunca criaram mais empregos.**

CATARINA MARTINS  
Porta-voz do Bloco de Esquerda